



CONTRATO Nº 65/2019

Contrato que entre si celebram o município de PILAR DO SUL, por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL e a empresa INCRETE PISOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, para a Reforma do Centro de Eventos "José Luiz de Moraes".

Tomada de Preços n.º 01/2019
Processo Administrativo n.º 2767/2019

Entre o Município de Pilar do Sul, por meio da Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, CNPJ n.º 46.634.473/0001-41, com sede nesta cidade, denominada simplesmente **PREFEITURA**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. **MARCO AURÉLIO SOARES**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 23.096.782-6, inscrito no CPF sob n.º 110.492.378-54, residente e domiciliado à Rua Major Euzébio de Moraes Cunha, n.º 868 – Bairro Colinas - Pilar do Sul, Estado de São Paulo, e a empresa **INCRETE PISOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob n.º 07.425.147/0001-72, com sede na cidade de Votorantim, na Rua Derli Prado Ferreira, n.º. 255, bairro Parque São João, neste ato representada pelo Sr. **FERNANDO AUGUSTO DIAS LOPES DE ALMEIDA**, portador da Cédula de Identidade RG n.º 43.491.874-X e inscrito no CPF sob n.º 348.855.778-29, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, é lavrado o presente Contrato, nos termos do **Tomada de Preços n.º 01/2019**, e Normas Gerais da Lei n.º 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais n.º 8.883/94 e 9.648/98, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, conforme normas e condições a seguir descritas:

Cláusula 01 – Do Objeto

1.1 – O objeto deste contrato é a REFORMA DO CENTRO DE EVENTOS "JOSÉ LUIZ DE MORAES", com recursos provenientes do Contrato de Repasse n.º 849371/2017/MTUR/CAIXA, Processo n.º 2579.1043542-63/2017 - Programa Turismo - Ministério do Turismo, conforme o edital da **Tomada de Preços n.º 01/2019** e seus anexos.

Cláusula 02 – Condições de Execução do Serviço

2.1 – Após a assinatura do contrato a contratada deverá realizar uma reunião técnica com a Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, para emissão da ordem de serviço.

2.2 - Todas as etapas necessárias dos serviços de reforma e adequação foram descritas para entendimento da execução como um todo, porém nem todos os serviços serão considerados no processo de convênio, ficando a Prefeitura Municipal de Pilar do Sul a responsável, através de seus recursos próprios, licitar conjuntamente com os serviços pactuados em convênio, a contratação da execução de forma a viabilizar a proposta.

2.2.1 - Serviços não considerados no Processo de Convênio:

2.2.1.1 - Todas as demolições, remoções/retiradas necessárias de elementos a substituir/reformar/reaproveitar;

2.2.1.2 - Pintura Interna do BI 02 (exceto dos banheiros acessíveis) e pintura externa do BI 01 e 02 (exceto pintura externa da fachada principal do BL01);

2.2.1.3 - Serviços previstos no Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio;

2.2.2 - Para melhor entendimento da execução, também devem ser observados: a planilha orçamentária, projetos e memórias de cálculo.

2.3 - Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e com os documentos nele referidos, especialmente as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos em anexo.

2.4 - Ficará a CONTRATADA responsável pela abertura de Cadastro Específico do INSS - CEI, no prazo de 30 dias contados do início de obra e comprovar, a cada medição, a regularidade dos direitos trabalhistas e impostos.

2.5 - A CONTRATADA deverá empregar mão-de-obra idônea de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe técnica homogênea e suficiente de operários e encarregados devidamente treinados e habilitados, visando à perfeita execução dos serviços.

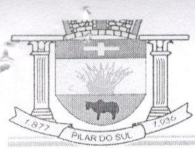
2.6 - Todos os funcionários da obra deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual, conforme a NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil;

2.7 - A Contratada deverá manter no local os programas de prevenção conforme Norma Regulamentadoras:

- PPR (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) – NR 9.
- PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil) - NR 18.
- PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) – NR7.

2.8 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT. As irregularidades constatadas pela fiscalização do Contratante deverão ser sanadas imediatamente.

2.9 - A CONTRATADA deverá indicar o seu Responsável técnico e a respectiva ART, devendo este ser aprovado pelo Departamento Técnico da SOIURB.



2.10 - A CONTRATADA deverá apresentar A.R.T. do CREA referente à execução da obra ou serviço, com a respectiva taxa recolhida, no início da obra, sem a qual a Fiscalização da SOIURB não atestará a execução dos serviços pertinentes, quer na primeira Nota Fiscal Fatura, quer nas subsequentes, caso persista a inadimplência.

2.11 - A CONTRATADA deverá manter no local o Diário de Obra, devendo o Contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo; nesse livro devem estar registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos, o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, quantidade de funcionários e suas atividades, folha ponto em anexo, etc.

2.12 - A CONTRATADA deverá manter o canteiro de obras sempre limpo.

2.13 - Todos os materiais a serem empregados deverão obedecer às especificações dos projetos e do memorial descritivo. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser solicitada sua substituição, condicionada à manifestação do Responsável Técnico pela obra;

2.14 - A substituição de materiais especificados por outros equivalentes pressupõe, para que seja autorizada, que o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência nos itens qualidade, resistência e aspecto;

2.15 - Toda madeira que for utilizada em qualquer fase da obra e no canteiro de obras deverá possuir certificação do FSC (Forest Stewardship Council) ou Conselho de Manejo Florestal. A comprovação através de documentos e nota fiscal deverá ser entregue para a fiscalização juntamente com a medição

2.16 - Toda mão de obra, será fornecida pela CONTRATADA.

2.17 - Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO da Prefeitura, todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

2.18 - Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

2.19 - Qualquer alteração que se fizer necessária em projeto ou especificação deverá ser previamente autorizada pela Fiscalização da obra, ficando a cargo da CONTRATADA, quando for o caso, a elaboração do "as built" para cadastro da SOIURB, apresentando-os em cópia e arquivo digitalizado.

Cláusula 03 – Condições de Medições/ Pagamento

3.1 - A obra será medida e aferida pelo Eng^o da Prefeitura, conforme percentual executado de evolução da obra.

3.1.1 - A liberação dos recursos financeiros, seguirão as diretrizes estabelecidas pela Caixa Federal conforme Ofício nº 0218/2019/GIGOV, cabendo à empresa executar a obra de acordo com o prazo estipulado no cronograma de obras. Este processo é vinculado ao Contrato de repasse nº 849371/2017/MTURISMO/CAIXA do "Programa Turismo", sendo assim, os pagamentos de medições dependerão da disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendida às exigências cadastrais vigentes.

3.1.2 - A CONTRATADA deverá protocolar junto a Prefeitura, a solicitação de medição de obra, apresentando o requerimento, planilha e os documentos que comprovem a regularidade trabalhista dos funcionários.

3.2 - O pagamento deverá ser aguardado em carteira, nos termos da Lei Federal n.º 4.320/64.

3.3 - Deverá constar no documento fiscal: **Tomada de Preços nº 01/2019**, bem como Banco, n.º da Conta Corrente e Agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

3.4 - A Prefeitura reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à contratada, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como os tributos e contribuições devidos e permitidos em lei.

3.5 - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.

3.6 - Fica reservado o direito de retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto do contrato, sendo que a contratante fará o recolhimento em nome da contratada, para o INSS.

3.7 - A contratante se reserva o direito de retenção de Imposto de Renda na Fonte, se a remuneração da contratada atingir o limite máximo por lei.

3.8 - Na emissão do documento fiscal a Contratada deverá apresentar comprovante de recolhimento de INSS e FGTS, relativo aos funcionários que trabalham na referida obra.

Clausula 04 – Das Condições de Reajustes

4.1 - Não terá reajuste de preços os serviços e produtos objeto desta licitação, salvo as revisões de preços e somente após os 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato, de acordo com a determinação do Artigo n.º 65 (Da Alteração dos Contratos) da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

4.2 - Motivadamente e devidamente comprovado através de planilhas de custos e cálculos apropriados de matemática financeira, qual o real percentual de reajuste, que incidiu na origem, de forma individualizada e qual o real impacto em percentual no preço final do serviço, poderá a empresa contratada, solicitar o realinhamento do valor a ela homologado.



Cláusula 05 – Das Multas e Sanções

5.1 – Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula deste edital, ou pela inexecução total ou parcial do mesmo, a Prefeitura aplicará as seguintes sanções, de acordo com a infração cometida, garantida a defesa prévia:

5.1.1 – Advertência;

5.1.2 – Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia, pelo atraso na conclusão dos serviços.

5.1.3 – Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso em refazer os serviços.

5.1.4 – Multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia pelo descumprimento a qualquer cláusula deste contrato.

5.1.5 – Incidir por 10(dez) dias ou mais nos itens 5.1.2 a 5.1.4, ou em caso de falta grave ou reincidência dos motivos que levaram a Prefeitura a aplicar as sanções previstas neste edital, o Contrato poderá ser rescindido, caso em que será cobrada a multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

5.2 – O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

5.3 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4 – A aplicação das penalidades supra mencionadas não exonera a inadimplente de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

5.5 – O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

5.6 – O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

5.7 – As penalidades serão anotadas na respectiva ficha cadastral. Tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, ou de declaração de inidoneidade, será feita comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Cláusula 06 – Da Garantia

6.1 – A Contratada é obrigada, mediante solicitação do Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, desta Prefeitura, a refazer o serviço às suas expensas em até 15 (quinze) dias, quando se tratar de falha construtiva ou quando este não obedecer às condições de qualidade ou estiver em desacordo com o exigido neste edital, bem como fornecer o material utilizado para reconstrução.

6.2 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

Cláusula 07 – Recursos Financeiros

7.1 – Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto desta licitação são provenientes do Contrato de Repasse nº 849371/2017/MTUR/CAIXA, Processo nº 2579.1043542-63/2017 - Programa Turismo - Ministério do Turismo, serão processados pela seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 311

Tipo: Especial

Unidade Orçamentária: 02.04.00 – Secretaria de Cultura e Turismo

Função/Subfunção: 13.392 – Difusão Cultural

Projeto/Atividade: 1223 – Reforma e Adequação do Centro de Eventos “José Luiz de Moraes”

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Programa: 0006 – Manutenção da Cultura e Turismo

Destinação Recurso: 05.100.064 – Reforma e Adequação do Centro de Eventos “José Luiz de Moraes”

Recurso (05) Federal

Valor R\$ 243.750,00

Ficha: 312

Tipo: Especial

Unidade Orçamentária: 02.04.00 – Secretaria de Cultura e Turismo

Função/Subfunção: 13.392 – Difusão Cultural

Projeto/Atividade: 1223 – Reforma e Adequação do Centro de Eventos “José Luiz de Moraes”

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Programa: 0006 – Manutenção da Cultura e Turismo

Destinação Recurso: 01.100.064 – Reforma e Adequação do Centro de Eventos “José Luiz de Moraes” - Contrapartida

Valor R\$ 129.811,80



7.1.1 – A liberação dos pagamentos estará vinculada a disponibilização dos recursos provenientes do Contrato de Repasse 849371/2017 – Reforma e Adequação do Centro de Eventos “José Luiz de Moraes”.

Cláusula 08 – Do Contrato

8.1 – O valor deste contrato é de **R\$ 322.855,45 (trezentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**.

8.2 - O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos limites legais permitidos, no artigo 57 da Lei.

Cláusula 09 – Da Rescisão

9.1 - A rescisão dar-se-á automática e independentemente de qualquer aviso judicial ou extrajudicial, desde que, ocorra falência ou dissolução da Contratada, deixe a mesma de cumprir qualquer exigência ou Cláusula do Contrato, ficando a rescisão neste caso a critério da Prefeitura.

Cláusula 10 – Dos Direitos da Administração em Caso de Rescisão

10.1 – Em caso de rescisão, a Contratada reconhece integralmente os direitos da Prefeitura previstos no artigo 77 e seguintes da Lei, sem prejuízo de indenização por perdas e danos que a rescisão possa acarretar.

Cláusula 11 – Da Vinculação ao Edital

11.1 – Faz parte deste Contrato a proposta da Contratada, constante do Processo: 2767/2019.

Cláusula 12 – Da Legislação Aplicável

12.1 – O presente Contrato é regido pelas normas da Lei de Licitação, e nos casos omissos, subsidiariamente pelo Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula 13 – Da Fiscalização

13.1 – A Prefeitura designará o Secretário de Obras, Infraestrutura e urbanismo para representá-la na qualidade de fiscalizador do Contrato. O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.

Cláusula 14 – Prazo para Execução da Obra

14.1 – O prazo para execução da obra é de 10 (dez) meses.

14.2 – O prazo de execução se iniciará quando da expedição da Ordem de Início de Serviços, pela Secretaria de Obras, Infraestrutura e urbanismo, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada à Prefeitura de Pilar do Sul.

Cláusula 15 – Do Foro

15.1 – Elegem o Foro da Comarca de Pilar do Sul, para solução de quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e Contratadas, assinam o presente instrumento de Contrato na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo viram e assistiram, para fins e efeitos legais.

Pilar do Sul - SP, 10 de junho de 2.019.

Marco Aurélio Soares
Prefeito Municipal em exercício
Contratante

Edson Ribeiro de Carvalho
Secr. de Finanças, Planejamento e Patrimônio

Anderson Luiz
Secretário de Cultura e Turismo

Caetano Scaduto Filho
Secr. de Negócios Jurídicos e Tributários

Pedro Balduino de Oliveira
Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

Increte Pisos e Construções Ltda - EPP
Fernando Augusto Dias Lopes de Almeida

Testemunhas:

1) Fernanda C. Fogaça

RG

Prefeitura Municipal de Pilar do Sul
FERNANDA CASTANHO FOGAÇA
RG: 48.145.860-8
Encarregada de Licitações

2)

RG